



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      DE 2011**  
**(do Sr . Duarte Nogueira)**

**Requer sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre os gastos realizados pela Presidência da República por meio do uso de “cartões de pagamento”.**

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, concerning aos gastos realizados pela Presidência da República por meio do uso de cartões de pagamento do Governo Federal no período compreendendo entre os dias 1º janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2010:

- 1) Especificação do total de recursos movimentados, por meio do uso de cartões de pagamento do Governo federal, pela Secretaria de Administração da Presidência da República, inclusive saques em dinheiro e as despesas anteriormente classificadas como sigilosas, com especificação dos seguintes itens para cada saque ou pagamento efetuado:**
  - a) data em que foi efetivado e respectivos valores;**
  - b) discriminação dos bens e serviços adquiridos;**
  - c) identificação nominal e cadastral, junto à Receita Federal do Brasil (CNPJ/CPF), de todos os fornecedores de bens ou serviços;**
  - d) identificação das pessoas que manusearam os cartões de pagamento e seus superiores hierárquicos, incluindo, para ambos nome, RG, CPF**



- e lotação à época da realização do pagamento ou saque; e
- e) identificação dos documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas, incluindo nome do fornecedor, CNPJ ou CPF e data ;
- 2) Quanto aos saques efetuados, requer-se o envio da respectiva prestação de contas, informando todos os dados indicados nos itens anteriores, especialmente os bens ou serviços adquiridos com os recursos sacados;
- 3) Requer-se, ainda, que a apresentação de todas as informações de que trata este requerimento sejam fornecidas em meio digital e o correspondente layout.

### JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

A atuação fiscalizadora do Legislativo, no entanto, é dependente de informações que, a princípio, estão em poder dos órgãos e entes do Governo Federal, cujo acesso por parlamentares do Congresso nacional é, como regra, aberto, sendo excepcional as hipóteses de dados sigilosos.

É o que se depreende da Constituição Federal, art.5º, XXXIII, que excepciona o princípio da publicidade nas hipóteses em que “o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Contudo, a mesma disposição deixa claro que sigilo apenas se justifica em casos excepcionais, não podendo ser estabelecido, como regra geral de atuação do Executivo, a classificação das informações como sigilosas.

Quando da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, a maior parte das informações ora solicitadas foram mantidas sob sigilo, sob o fundamento de que esse expediente era necessário para manter a segurança do então mandatário máximo do país, o ex-Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

Encerrado o mandato deste, as razões de fato que justificaram o sigilo não mais existem, razão pela qual a publicidade das informações é inquestionável, ante a inexistência de elementos que justifiquem a exceção do sigilo.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO LÍDER DO PSDB

No dia 03/02/2011 requeri as informações a que se refere o presente Requerimento à Casa Civil e recebi a seguinte resposta assinada pelo Ministro Antonio Palocci Filho, datada de 18 de março de 2011: “Restituo a Vossa Excelência o Ofício 1ª Secretaria/RI/E/nº 44, de 17 de fevereiro de 2011, referente ao Requerimento de Informação nº 4, de 2011, de autoria do Senhor deputado DUARTE NOGUEIRA, esclarecendo que o Decreto nº 7.442, de 17 de fevereiro de 2011, transferiu a Secretaria de Administração, órgão detentor das Informações solicitadas, à Secretaria-Geral da Presidência da República, que passou a responder pela matéria”.

Isto posto, requer-se sejam encaminhadas as informações acima arroladas, no prazo regimental, em obediência aos ditames constitucionais aplicáveis ao presente caso.

Sala das Sessões, em                      de junho de 2011.

Deputado Duarte Nogueira